

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

CONTEÚDO

Relatório do Auditor Independente

Quadro 1 - Balanços Patrimoniais

Quadro 2 - Demonstrações dos Resultados dos Exercícios

Quadro 3 - Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Quadro 4 - Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Quadro 5 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A
Pocrane - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Hidrelétrica Cachoeirão S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Hidrelétrica Cachoeirão S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretoria e do Conselho de Administração pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pelo Conselho de Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de

que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau, 10 de março de 2023.

Berkan Auditores Independentes S.S.

CRC SC-009075/O-7



Bradley Ricardo Moretti

Sócio Responsável Técnico

Contador CRC SC-023618/O-6

QUADRO 1**HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.****BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)**

Ativo	Notas	2022	2021	Passivo	Notas	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.932	25.397	Fornecedores	11	160	49
Consumidores	5	3.668	2.735	Obrigações sociais e trabalhistas	12	177	161
Concessionárias e permissionárias	6	127	-	Tributos	13	591	657
Tributos compensáveis	7	14	14	Dividendos declarados	16	7.893	7.208
Almoxarifado operacional	8	662	601	Total do circulante		8.821	8.075
Despesas pagas antecipadamente		32	26				
Outros ativos circulantes		50	-				
Total do circulante		15.485	28.773				
Não circulante				Não circulante			
Tributos compensáveis	7	494	656	Fornecedores	11	655	865
Investimentos temporários		132	81	Total do não circulante		655	865
Despesas pagas antecipadamente		-	2				
Imobilizado	9	75.340	77.723	Patrimônio líquido	15		
Intangível	10	14.139	14.933	Capital social		35.000	35.000
Total do não circulante		90.105	93.395	Reserva de lucros		61.114	78.228
				Total do patrimônio líquido		96.114	113.228
Total do ativo		105.590	122.168	Total do passivo e patrimônio líquido		105.590	122.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 2**HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.****DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)**

	Notas	2022	2021
Receita operacional líquida	18	42.556	37.282
Custos de operação	19	(11.470)	(7.602)
Lucro bruto		31.086	29.680
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(1.086)	(969)
Outras receitas e despesas operacionais	20	422	569
		(664)	(400)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		30.422	29.280
Resultado financeiro	21		
Receitas financeiras		3.901	1.271
Despesas financeiras		(27)	(10)
		3.874	1.261
Lucro antes dos impostos		34.296	30.541
Impostos	22		
Contribuição social corrente		(845)	(562)
Imposto de renda corrente		(1.880)	(1.145)
		(2.725)	(1.707)
Lucro líquido do exercício		31.571	28.834
Lucro por ação:			
Ações ordinárias		R\$ 0,90	R\$ 0,82

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 3

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	31.571	28.834
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	31.571	28.834

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 4

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais)

Composição	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legal	Retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	35.000	7.000	61.908	-	103.908
Dividendos complementares exercício 2020					
Dividendos ações ordinárias - Classe A	-	-	(6.276)	-	(6.276)
Dividendos ações ordinárias - Classe B	-	-	(6.030)	-	(6.030)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	28.834	28.834
Proposta da administração para distribuição de dividendos:					
Dividendos ações ordinárias - Classe A	-	-	-	(3.676)	(3.676)
Dividendos ações ordinárias - Classe B	-	-	-	(3.532)	(3.532)
Constituição de reserva de lucros	-	-	21.626	(21.626)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	35.000	7.000	71.228	-	113.228
Dividendos complementares exercício 2021					
Dividendos ações ordinárias - Classe A	-	-	(6.524)	-	(6.524)
Dividendos ações ordinárias - Classe B	-	-	(6.268)	-	(6.268)
Dividendos extraordinários					
Dividendos ações ordinárias - Classe A	-	-	(14.280)	-	(14.280)
Dividendos ações ordinárias - Classe B	-	-	(13.720)	-	(13.720)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	31.571	31.571
Proposta da administração para distribuição de dividendos:					
Dividendos ações ordinárias - Classe A	-	-	-	(4.025)	(4.025)
Dividendos ações ordinárias - Classe B	-	-	-	(3.868)	(3.868)
Constituição de reserva de lucros	-	-	23.678	(23.678)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	35.000	7.000	54.114	-	96.114

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

QUADRO 5**HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.****DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS EXERCÍCIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)**

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	31.571	28.834
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	3.366	2.549
Baixa de imobilizado e intangível	361	1.043
Repactuação do risco hidrológico - GSF	-	(14.582)
	<u>35.298</u>	<u>17.844</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(1.060)	101
Almoxarifado operacional	(61)	(42)
Tributos compensáveis	162	(376)
Despesas pagas antecipadamente	(4)	(5)
Outros ativos circulantes	(50)	-
	<u>(1.013)</u>	<u>(322)</u>
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(99)	(89)
Obrigações trabalhistas e sociais	16	21
Obrigações tributárias	1.941	1.564
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.007)	(1.419)
	<u>(149)</u>	<u>77</u>
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>34.136</u>	<u>17.599</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Investimentos temporários	(51)	(35)
Aquisição de imobilizado e intangível	(550)	(1.239)
Caixa líquido das atividades de investimento	<u>(601)</u>	<u>(1.274)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(48.000)	(17.000)
Caixa líquido das atividades de financiamento	<u>(48.000)</u>	<u>(17.000)</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>(14.465)</u>	<u>(675)</u>
Saldo de caixa e equivalentes no início do período	25.397	26.072
Saldo de caixa e equivalentes no final do período	<u>10.932</u>	<u>25.397</u>
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>(14.465)</u>	<u>(675)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 Às Acionistas

A Administração da Hidrelétrica Cachoeirão S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício de 2022, bem como o Relatório dos Auditores Independentes.

1.2 A Companhia

A Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelas empresas Santa Maria Energética S.A., sediada no Estado do Espírito Santo, e pela Cemig Geração e Transmissão S.A., sediada no Estado de Minas Gerais. A Companhia foi constituída em 18 de janeiro de 2007 com sede na Rodovia Km 27 da Estrada de Pocrane, à Margem Direita do Rio Manhuaçu, no Povoado de Cachoeirão, município de Pocrane, Estado de Minas Gerais.

1.3 Outorga de Geração de Energia

A Companhia atua no ramo de geração e comercialização de energia elétrica, tendo sido autorizada a implantar e explorar o empreendimento denominado PCH Henrique Nunes Coutinho (antiga Cachoeirão) na condição de Produtor Independente de Energia Elétrica, por meio da Resolução Autorizativa nº 908, de 08 de maio de 2007 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que transferiu da empresa Santa Maria Energética S.A. a autorização objeto da Resolução nº 282, de 26 de julho de 2000, publicada em 27 de julho de 2000, para implantar e explorar a PCH Cachoeirão pelo prazo de 30 anos, com vencimento da autorização em 26 de julho de 2030.

Em 11 de junho de 2021, foi promulgada pelo Congresso Nacional a rejeição ao veto parcial do artigo 4º da Lei nº 14.120, de 1º de março de 2021, que tratava da inclusão do §12 ao art. 26 da Lei nº 9.427/1996, estabelecendo que *“o agente titular de outorga de autorização para geração de energia elétrica com prazo de 30 (trinta) anos, cuja usina esteja em operação em 1º de setembro de 2020 e que não tenha sido objeto de qualquer espécie de penalidade pela Aneel quanto ao cumprimento do cronograma de sua implantação, terá seu prazo de autorização contado a partir da declaração da operação comercial da primeira unidade geradora, com ajuste, quando necessário, do respectivo termo de outorga, após o reconhecimento pela Aneel do atendimento ao critério estabelecido neste parágrafo”*.

Apresentado à ANEEL o pleito de ajuste da outorga na forma estabelecida na Lei nº 14.120/2021, e atendidos os requisitos necessários, foi publicada em 20 de dezembro de 2021, a Resolução Autorizativa nº 10.972, de 14/12/2021, que ajustou a data de início de contagem do prazo da autorização da outorga de 30 (trinta) anos, passando a contar a partir da data de operação comercial da primeira unidade geradora e, conseqüentemente, ajustando a data do término da vigência da autorização para 31/12/2038, mantidas as condições originais de possibilidade de prorrogação, a critério da ANEEL, ao final desse prazo. Cabe ressaltar, que em 29/12/2022, através da Nota Técnica nº 972/2022-SCG/ANEEL, foi encaminhado para deliberação da Diretoria Colegiada da ANEEL o pedido de correção da Resolução Autorizativa nº 10.972/2021, tendo em vista que algumas datas de início de operação comercial consideradas pela Agência naquela ocasião estavam equivocadas. Para a PCH Henrique Nunes Coutinho, foi considerado como data de início de operação comercial o dia 31/12/2008, quando o correto seria 30/12/2008. A correção sugerida pela Agência está aderente à data correta para início da operação comercial, desta forma, tão logo seja deliberado pela Diretoria Colegiada da ANEEL, o ato autorizativo será modificado e adotado pela Companhia.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Usina Hidrelétrica	Modalidade	Outorga	Capacidade	Energia	Autorização	
			Instalada	Assegurada	Início	Término
			(MW)	(MWm)		
PCH Henrique Nunes Coutinho	Produtor Independente	Autorização	27,00	16,37	31/12/2008	31/12/2038

A Companhia comercializa sua energia no Ambiente de Contratação Livre – ACL por meio de contratos de curto e médio prazo, negociados com terceiros (Nota 5).

A PCH Henrique Nunes Coutinho possui capacidade instalada de 27 MW, contando com três unidades geradoras, tendo iniciado sua operação comercial em 30 de dezembro de 2008.

Em 09 de setembro de 2019, através do Despacho SCG/ANEEL nº 2.494, o nome do empreendimento foi alterado de PCH Cachoeirão para PCH Henrique Nunes Coutinho.

Em 03 de maio de 2021, foi expedida pela Superintendência Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro – SUPRAM Leste, a Renovação da Licença de Operação da PCH Henrique Nunes Coutinho, com prazo de vigência de 8 anos.

1.4 Repactuação do Risco Hidrológico

A Lei nº 14.052, de 08/09/2020, estabeleceu em seu art. 2-A que “os titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE serão compensados pelos efeitos causados pelos empreendimentos hidrelétricos com prioridade de licitação e implantação indicados pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE)”, pela geração termelétrica fora da ordem de mérito e importação sem garantia física, de maneira a por fim no embate jurídico em relação aos impactos do *Generation Scaling Factor – GSF*, que se perpetuam desde o ano de 2015. Essa Lei estabeleceu que a compensação será dada aos agentes através da extensão do prazo de outorga dos empreendimentos, a ser apurada de acordo com as condições previstas na referida Lei, sendo limitado o prazo de extensão em até 7 anos.

A CCEE ficou responsável em apurar todos os cálculos necessários para a definição da extensão de outorga das usinas geradoras que aderirem à repactuação do risco hidrológico do Ambiente de Comercialização Livre – ACL, conforme normas contidas na Resolução Normativa Aneel nº 895/2020 e o previsto na Lei nº 14.052/2020. A Resolução estabelece que os cálculos apurados serão homologados pela ANEEL e então formalizado aos agentes para que, se de acordo, façam a adesão ao processo de extensão das outorgas, mediante a quitação dos débitos por ventura existentes em função das ações judiciais sobre o tema, a desistência das referidas ações ou, ainda, para aqueles que não possuem ações, o termo de renúncia aos direitos relacionados à esse tema. Ressalta-se que a Companhia não possui ação judicial vigente acerca desse assunto.

No dia 1º de março de 2021, a CCEE encaminhou para a ANEEL os cálculos das extensões de outorga, e a Resolução prevê o prazo de 30 dias para que a ANEEL publique a Resolução Homologatória informando sobre o prazo de extensão das outorgas dos agentes e estes terão prazo de 60 dias contados dessa publicação para manifestarem acerca da adesão ao processo de extensão da outorga, e assim darem andamento ao cumprimento das condições previstas para tanto.

Em 12 de agosto de 2021, foi publicada a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.919/2021, homologando os prazos de extensão das outorgas com base nos cálculos apresentados pela CCEE, confirmando-se a extensão de 1.137 dias para a outorga da PCH Henrique Nunes Coutinho. Seguindo o normativo pré-estabelecido, a Companhia apresentou junto à ANEEL, em 08/10/2021, o pleito para adesão à extensão da outorga concedida, e não existindo liminar judicial vigente sobre o tema, não há débito a ser liquidado. Durante a análise do processo pelo diretor-

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

relator designado, a Companhia solicitou que o mesmo tivesse sua deliberação suspensa, tendo em vista o seu pedido de retificação da Nota Técnica nº 892/2021-SCG/ANEEL, de 29/12/2021, que subsidiou a deliberação da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.919/2021, para que esta passe a considerar a nova data final da outorga, segundo estabelecido pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.972/2021 (esclarecimentos adicionais seguem no item 1.3), e conseqüentemente o recálculo do prazo de extensão da outorga para a compensação dos efeitos do GSF. O pedido de recálculo teve o mérito reconhecido pela Agência e segue em tramitação para a efetivação do seu reprocessamento.

1.5 O Mercado de Carbono

A PCH Henrique Nunes Coutinho possui projeto para geração de créditos de carbono através do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL registrado na *United Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC* sob o nº 4.788, já tendo concluído o processo de verificação e emissão de parte dos créditos de carbono gerados pelo empreendimento que equivalem a cerca de 314 mil toneladas de emissões de CO² evitadas com a operação da usina.

Foram realizados dois processos de verificação e emissão dos créditos de carbono gerados pelo empreendimento, sendo o primeiro compreendendo o período de 03/02/2012 à 31/12/2015, totalizando 167 mil CERs (Certificados de Emissão Reduzida), e o segundo abrangendo o período de 01/01/2016 às 31/12/2020, totalizando 147 mil CERs.

A comercialização da totalidade dos créditos de carbono da primeira verificação foi realizada no ano de 2021, e da segunda verificação foi parcialmente realizada em 2022.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards - IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nos níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está detalhada na nota explicativa 23.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3 Moeda Funcional e de Apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações. Para fazer tais estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as mesmas ocorrem e em quaisquer períodos futuros afetados. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuadas pela Administração, que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- (i) Redução ao valor recuperável dos ativos: a Administração julgou não haver evidências, internas e externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.
- (ii) Vida útil e valor residual dos bens do imobilizado: a Companhia determina a vida útil e o valor residual com base no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) conforme Resolução Normativa nº 674/2015 da ANEEL, sendo que as taxas de depreciação e amortização atualmente utilizadas são julgadas representativas da vida útil dos mesmos.

2.5 Autorização para Emissão das Demonstrações Financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 10 de março de 2023.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Principais Políticas Contábeis

As práticas contábeis adotadas pela Companhia foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios sociais apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1.1 Instrumentos Financeiros

- (i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos realizáveis por caixa.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor Justo por meio do Resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.1.2 Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são compostos pelo caixa, os depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de longo prazo com liquidez imediata, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras são classificadas como ativos financeiros mantidos para negociação, em função da possibilidade de resgate no curto prazo, contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescidas de rendimentos apropriados *pro-rata temporis* até a data das demonstrações financeiras.

3.1.3 Contas a receber de clientes

Representam direitos oriundos da venda de energia elétrica prevista em contratos de compra e venda de energia elétrica. As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.1.4 Almoxarifado operacional

É composto por peças sobressalentes utilizadas na manutenção dos equipamentos da usina, as quais são avaliadas e contabilizadas pelo custo médio de aquisição.

3.1.5 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção. Os juros e demais encargos financeiros decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, foram computados como custo do respectivo imobilizado.

Os componentes de determinados ativos que são substituídos periodicamente ao longo da vida útil econômica do mesmo são reconhecidos como ativos separados e depreciados pelo período previsto para a sua substituição. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015. Esta norma revisou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, revogando as Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009 e nº 474, de 7 de fevereiro de 2012.

A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e, conforme avaliação da Administração do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL a PCH, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens, apurado por auditoria da ANEEL, será indenizado à Companhia.

3.1.6 Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis quando possuem vida útil econômica definida, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis. Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

3.1.7 Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível – *Impairment*

A Companhia avalia periodicamente os bens do ativo imobilizado e do ativo intangível com a finalidade de identificar evidências que possam levar a perdas de valores não recuperáveis das respectivas unidades geradoras de caixa ou intangíveis, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificar que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre seu valor em uso e o seu valor justo de venda, líquido dos custos necessários para a realização da venda.

A Companhia não apurou nenhuma indicação de perda que requeresse a contabilização de provisões para ajuste desses ativos ao seu valor de recuperação.

3.1.8 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São reconhecidas pelo valor justo.

3.1.9 Salários e encargos sociais

Os salários, provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares quando negociados em acordos coletivos de trabalho, juntamente com os encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

3.1.10 Capital

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

3.1.11 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.1.12 Receita operacional

A receita advinda da venda de energia elétrica, é reconhecida na extensão em que for provável que os benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre as vendas.

3.1.13 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias.

3.1.14 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia opta pela tributação do Imposto de Renda e da Contribuição Social por meio do Lucro Presumido, sendo considerado para efeito de tributação do Imposto de Renda o percentual de 8% aplicado sobre a receita bruta de vendas de energia elétrica somada ao valor das demais receitas, inclusive os rendimentos de aplicação financeira. O Imposto de Renda é apurado trimestralmente mediante aplicação da alíquota de 15% sobre a base

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de cálculo acima e do adicional de 10% sobre a parcela da base de cálculo que exceder ao limite de R\$ 60 no trimestre. Para o cálculo da Contribuição Social, é considerado o percentual de 12% sobre a receita bruta de vendas de energia elétrica, somado ao valor das demais receitas, inclusive os rendimentos de aplicação financeira. A Contribuição Social é apurada trimestralmente mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre a base de cálculo acima mencionada.

3.1.15 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Sociedade é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia e na legislação aplicável, que estabelecem um pagamento de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que for aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

3.1.16 Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos exercícios apresentados.

3.1.17 Pronunciamentos e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alteração em pronunciamentos em vigor:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 25/IAS 37	Especificação de quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma "abordagem de custo relacionado diretamente", sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.	01/01/2022
CPC 27/IAS 16	Trata da impossibilidade de as entidades deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado.	01/01/2022
CPC 15/IFRS 3	Além das mudanças relacionadas a referência à estrutura conceitual, que não alterou significativamente os padrões requeridos, foi acrescentada uma exceção ao princípio de reconhecimento do IFRS 3/CPC 15, para evitar o problema dos potenciais ganhos e perdas do "dia 2" decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo do IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, se incorridos separadamente.	01/01/2022

As alterações informadas que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2023:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 17 – Contratos de seguro, emitida pelo IASB em maio de 2017	A norma, ainda não emitida no Brasil, tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emite, que seja mais útil e consistente para as emissoras de seguros, inicialmente não sendo aplicável à Companhia e suas controladas. Essa norma não tem correspondente no Brasil.	01/01/2023
IAS 1/CPC 26 – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarecer, entre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que, somente se o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial, os termos do passivo não impactarão a sua classificação.	01/01/2024
IAS 08/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, bem como, como as entidades utilizam as técnicas de mensuração e <i>inputs</i> para desenvolver estimativas contábeis.	01/01/2023
IAS 01/CPC 26 e IFRS <i>Practice Statement 2 – Making Materiality Judgements</i>	Auxiliar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis que são mais úteis, por meio da substituição da exigência de divulgação das políticas contábeis significativas para divulgação de políticas contábeis materiais, além de adicionar orientações sobre como a entidade aplica o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre a divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023
IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento	Restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos e provisões para desmantelamento.	01/01/2023

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgou a Revisão nº 20/2021, em 4 de julho de 2022, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 11 – Contratos de Seguros, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria, CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediárias, CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, refletindo as mudanças realizadas nas normas internacionais, com vigência a partir de 2023.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Composição	2022	2021
Caixa e Depósitos Bancários à Vista	10	7
Aplicações Financeiras de Curto Prazo	10.922	25.390
Total	10.932	25.397

As Aplicações Financeiras de Curto Prazo são compostas por:

- (i) Certificados de Depósito Bancário (CDBs), de liquidez imediata, são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variam entre 96% e 121% (em 2021, 95% e 121%).
- (ii) Letras Financeiras de Bancos (LFs), de liquidez imediata, são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variam entre 110% e 114% (em 2021, 110% e 114%), ou vinculados à variação do IPCA acrescido de uma taxa fixa.

Os valores de Caixa e Equivalentes incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de perda de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

5. CONSUMIDORES

Composição	2022	2021
Fornecimento industrial	-	332
Fornecimento comercial	3.668	2.403
Total	3.668	2.735

Representa os valores a receber pela Companhia relativos à venda da energia elétrica.

A Companhia não registrou provisões para perdas dos valores de Contas a Receber constantes no balanço patrimonial em virtude de não existirem saldos em atraso e, ainda, pelo fato de que todas as operações são realizadas com registro mediante o pagamento, conforme estabelecido nos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica firmados.

6. CONCESSIONÁRIA E PERMISSIONÁRIAS

Composição	2022	2021
Suprimento de Energia	127	-
Total	127	-

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Composição	2022	2021
Circulante		
ICMS sobre Imobilizado a Recuperar (i)	14	14
Total	14	14
Não Circulante		
Saldo Negativo IRPJ (ii)	109	257
PIS s/ Exclusão do ICMS na Base de Cálculo (iii)	67	67
COFINS s/ Exclusão do ICMS na Base de Cálculo (iii)	310	310
ICMS sobre Imobilizado a Recuperar (i)	8	22
Total	494	656

- (i) O ICMS sobre imobilizado a recuperar, refere-se principalmente ao crédito constituído na aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos imobilizados.
- (ii) O Saldo Negativo IRPJ é composto por pedidos de restituição através de PER/DCOMP devidamente protocolados junto à Receita Federal.
- (iii) PIS e COFINS s/ exclusão do ICMS na base de cálculo, refere-se ao principal dos valores recolhidos anteriormente a serem ressarcidos pela Receita Federal, que estão relacionados à exclusão do valor do ICMS na base de cálculo das contribuições do PIS e COFINS, cuja ação judicial, em sede de repercussão geral, teve o julgamento finalizado pelo Supremo Tribunal Federal em 13/05/2021, no processo RE nº 574.706 PR, estabelecendo para os contribuintes que ingressaram com ação judicial a partir de 15/03/2017, o direito à recuperação dos créditos retroativos a esta data. A companhia ajuizou ação sobre o tema em 25/02/2019, desta forma, reconheceu no exercício de 2021 o valor do principal dos créditos tributários retroativos à 15/03/2017, sendo que a atualização monetária dos mesmos será reconhecida quando do trânsito em julgado da sua ação judicial específica.

8. ALMOXARIFADO OPERACIONAL

Composição	2022	2021
Almoxarifado de Manutenção e Operação	656	555
Adiantamento a Fornecedores	6	46
Total	662	601

Os materiais em almoxarifado são avaliados e contabilizados pelo custo médio de aquisição. O almoxarifado é composto na sua maioria por peças sobressalentes de pequeno porte.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. IMOBILIZADO

(a) Composição

				2022	2021
	Taxa Média Anual %	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Usina - Imobilizado em Serviço					
Terrenos	-	1.787	-	1.787	1.787
Reservatórios e Barragens	4,05	51.886	(15.061)	36.825	37.931
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2,95	15.999	(4.734)	11.265	11.628
Máquinas e Equipamentos	3,80	40.954	(16.933)	24.021	25.013
Móveis e Utensílios	16,67	80	(30)	50	47
Veículos	14,29	17	(17)	-	-
Subtotal		110.723	(36.775)	73.948	76.406
Administração central - Imobilizado em Serviço					
Máquinas e Equipamentos	16,67	79	(62)	17	13
Móveis e Utensílios	6,25	49	(39)	10	13
Subtotal		128	(101)	27	26
Imobilizado em Curso					
Reservatórios e Barragens (i)		112	-	112	112
Máquinas e Equipamentos (i)		336	-	336	322
Peças de Reposição (ii)		913	-	913	853
Adiantamento a Fornecedores (i)		4	-	4	4
Subtotal		1.365	-	1.365	1.291
Total do Imobilizado		112.216	(36.876)	75.340	77.723

(i) Referem-se a equipamentos que ainda serão instalados.

(ii) Referem-se a materiais destinados à reposição do imobilizado em serviço.

A Companhia considera essas taxas de depreciação apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e conforme consta no artigo 10º da Resolução ANEEL nº 282, de 26 de julho de 2000, a qual concede à PCH a autorização para se estabelecer como produtora independente de energia elétrica, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, “os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.”

(b) Mutações do Ativo Imobilizado

	2021	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	2022
Usina - Imobilizado em Serviço						
Terrenos	1.787	-	-	-	-	1.787
Reservatórios e Barragens	37.931	-	-	-	(1.106)	36.825
Edificações, Obras e Benfeitorias	11.628	-	-	-	(363)	11.265
Máquinas e Equipamentos	25.013	-	(248)	429	(1.173)	24.021
Móveis e Utensílios	47	9	(3)	-	(3)	50
Subtotal	76.406	9	(251)	429	(2.645)	73.948

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	2022
Administração Central - Imobilizado em Serviço						
Máquinas e Equipamentos	13	6	-	-	(2)	17
Móveis e Utensílios	13	-	-	-	(3)	10
Subtotal	26	6	-	-	(5)	27
Imobilizado em Curso						
Reservatórios e Barragens	112	-	-	-	-	112
Máquinas e Equipamentos	322	474	(25)	(435)	-	336
Peças de Reposição	853	60	(6)	6	-	913
Adiantamento a Fornecedores	4	-	-	-	-	4
Subtotal	1.291	534	(31)	(429)	-	1.365
Total	77.723	549	(282)	-	(2.650)	75.340

De acordo com a NBC TG 01 (R4) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela Resolução CFC nº 1.292/2010, a Companhia efetuou a análise dos seus ativos e verificou que não há qualquer indicador de desvalorização e que esses ativos são realizáveis em prazos satisfatórios.

10. INTANGÍVEL

(a) Composição

	2022		2021	
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Servidões	256	-	256	256
Software	36	(34)	2	4
Projeto MDL	174	-	174	253
LO – Licença de Operação	11	(2)	9	10
Rede em Fibra Óptica	127	(20)	107	120
Repactuação do Risco Hidrológico – GSF	14.582	(991)	13.591	14.290
Total	15.186	(1.047)	14.139	14.933

(b) Mutações

	2021	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	2022
Servidões (i)	256	-	-	-	-	256
Software (ii)	4	1	-	-	(3)	2
Projeto MDL (iii)	253	-	(79)	-	-	174
LO – Licença de Operação (iv)	10	-	-	-	(1)	9
Rede em Fibra Óptica (v)	120	-	-	-	(13)	107
Repactuação do Risco Hidrológico – GSF (vi)	14.290	-	-	-	(699)	13.591
Total	14.933	1	(79)	-	(716)	14.139

A Companhia avalia periodicamente a existência de eventos que possam levar à perda de valores não recuperáveis dos intangíveis, não havendo quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução de seu valor recuperável.

- (i) Servidões – estão registradas pelo custo de aquisição, e são constituídas pela servidão de passagem da linha de transmissão de 69 kV que conecta a SE Cachoeirão à SE Conselheiro Pena, e pela Área de Preservação Permanente – APP, referente às indenizações pagas em favor dos proprietários dos imóveis do entorno do reservatório. Como são permanentes não há amortização.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) Software – são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização. São constituídos por gastos realizados com a aquisição de licenças e demais gastos com serviços complementares a utilização produtiva de *software*, desvinculados de equipamentos tangíveis (*hardware*), e são amortizados em linha reta, conforme taxa determinada pela ANEEL.
- (iii) Projeto do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL – registra os custos associados ao processo de verificação, validação, emissão e comercialização dos Certificados de Emissão Reduzida (CERs) e são baixados pelo custo médio proporcionalmente à comercialização dos mesmos.
- (iv) LO – Licença de Operação – é constituída pelos gastos inerentes ao processo de renovação da Licença de Operação emitida em 03/05/2021 pela SUPRAM/LM, e será amortizado linearmente pelo prazo de sua vigência que será de 8 anos.
- (v) Rede em fibra óptica – registra o custo de aquisição de uma rede em fibra óptica construída em parceria com o provedor de *internet* local para atendimento à usina e região, e que corresponde ao direito de utilização da referida rede pelo prazo de 10 anos e será amortizado linearmente por esse prazo.
- (vi) Repactuação do Risco Hidrológico – GSF – registra o valor apurado pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE, no montante de R\$14.582, relativo ao total da compensação financeira a que a Companhia tem direito e que foi convertido em 1.137 dias de extensão da outorga, na forma da Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020. O referido prazo de extensão foi reconhecido pela ANEEL através da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.919/2021, de 03/08/2021, sendo então procedido ao registro contábil do valor da compensação no exercício de 2021. O citado valor será amortizado linearmente até o prazo final da outorga ajustado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.972/2021, acrescida do referido prazo de extensão concedido.

11. FORNECEDORES

Composição	2022	2021
Circulante		
Materiais e Serviços	160	49
Total	160	49
Não Circulante		
Materiais e Serviços	655	865
Total	655	865

12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Composição	2022	2021
Provisão para Férias	155	140
Tributos Retidos na Fonte	17	15
Consignações em Favor de Terceiros	5	6
Total	177	161

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. TRIBUTOS

Composição	2022	2021
Circulante		
Tributos federais		
IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	144	260
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido	218	143
PIS – Programa de Integração Social	25	19
COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	118	89
Subtotal	505	511
Tributos estaduais		
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	1	64
Subtotal	1	64
Tributos Municipais		
ISSQN – Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza	12	8
Subtotal	12	8
Contribuições sociais		
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social	19	18
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	7	7
Subtotal	26	25
Tributos retidos na fonte		
CSRF – Contribuição Social Retida na Fonte	19	30
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Serviços de Terceiros	4	4
Retenção para Seguridade Social (11%)	24	15
Subtotal	47	49
Total	591	657

14. CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos judiciais em andamento classificados, pelos seus consultores jurídicos, como de perda possível, e tendo em vista esta classificação, não foram registradas provisões nos exercícios de 2022 e 2021.

De maneira informativa, esclarecemos que as contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

Passivo	2022	2021
Cíveis	336	325
Total	336	325

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital Social

O capital social da Companhia, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, é de R\$ 35.000, totalmente subscrito e integralizado, representado por ações ordinárias de Classe A e B, nominativas sem valor nominal, todas com preço de emissão fixado a R\$ 1,00 (um real).

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ações Ordinária Classe A		Ações Ordinárias Classe B		Total	
Quantidade	R\$	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
17.850.000	17.850	17.150.000	17.150	35.000.000	35.000

Demonstramos a seguir a composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2022:

	Ações Ordinárias		
	Tipo	Quantidade	Percentagem %
Acionistas			
Santa Maria Energética S.A.	Classe A	17.850.000	51,00%
Cemig Geração e Transmissão S.A.	Classe B	17.150.000	49,00%

(b) Reserva Legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia, conforme estabelece o art. 193 da Lei nº 6.404/1976, de 15 de dezembro de 1976. Considerando que no exercício de 2017 a Reserva Legal atingiu tal limitação, a Companhia deixou de destinar recursos para constituição desta Reserva.

(c) Reserva de Retenção de Lucros

O valor da reserva de retenção de lucros refere-se à parcela remanescente do lucro líquido de exercícios anteriores e do próprio exercício de 2022, cuja destinação ainda depende de deliberação pela assembleia geral de acionistas.

16. DIVIDENDOS DECLARADOS

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado, nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404/1976. Os dividendos propostos foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Com base no resultado do exercício, foram propostos os seguintes dividendos:

Composição	2022	2021
Lucro líquido do exercício	31.571	28.834
Base de cálculo dos dividendos	31.571	28.834
Dividendos mínimos obrigatórios (25%):		
Ações Ordinárias Classe A	4.025	3.676
Ações Ordinárias Classe B	3.868	3.532
Total dos dividendos mínimos obrigatórios	7.893	7.208

17. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como seus acionistas a Santa Maria Energética S.A. e a Cemig Geração e Transmissão S.A.

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Segue resumo das transações com partes relacionadas nos exercícios de 2022 e 2021:

Grupo Balanco	Contratos com o mesmo grupo (Objetivos e características do contrato)	Vínculo com a Cia.	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
			2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Cliente	Contrato de compra e venda de energia elétrica incentivada com o Frisa Frigorífico Rio Doce S.A.	Santa Maria	-	332	-	-	-	3.889	-	-
Cliente	Contrato de compra e venda de energia elétrica incentivada com a Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda	Santa Maria	453	175	-	-	5.338	2.060	-	-
Fornecedor	Contrato de uso do sistema de distribuição de energia elétrica com a Cemig Distribuição S.A.	Cemig GT	-	-	-	-	-	-	1.603	1.874
Fornecedor	Contrato de conexão ao sistema de transmissão com a Cemig Geração e Transmissão S.A.	Cemig GT	-	-	4	4	-	-	51	47
Fornecedor	Contrato de operação e manutenção do bay na SE Conselheiro Pena com a Cemig Geração e Transmissão S.A.	Cemig GT	-	-	17	14	-	-	188	154
Totais			453	507	21	18	5.338	5.949	1.842	2.075

Remuneração da Administração

Conforme deliberação da Assembleia Geral, os Conselheiros e Diretores não receberam remuneração para os exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras, tendo em vista que estes são remunerados diretamente pelos acionistas que os indicaram.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Composição do fornecimento de energia elétrica pode ser assim demonstrada:

Composição	2022	2021
Receita operacional		
Energia elétrica	43.193	36.981
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	332	-
Outras receitas - CCEE	803	2.138
Total	44.328	39.119
Deduções da receita operacional		
PIS	(289)	(254)
PIS s/ exclusão do ICMS na base de cálculo	-	67
COFINS	(1.331)	(1.175)
COFINS s/ exclusão do ICMS na base de cálculo	-	310
ICMS	(60)	(696)
TFSEE	(92)	(89)
Total	(1.772)	(1.837)
Receita operacional líquida	42.556	37.282

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

Composição			2022	2021
	Custos da energia vendida	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Gastos operacionais				
Energia comprada para revenda	1.602	-	1.602	13.272
Recuperação do risco hidrológico - GSF	-	-	-	(14.582)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	1.648	-	1.648	1.874
Pessoal	336	849	1.185	1.041
Materiais	83	4	87	46
Serviços de terceiros	4.000	155	4.155	3.249
Arrendamento e aluguéis	112	51	163	158
Seguros	119	1	120	98
Perdas na alienação e desativação de bens	-	-	-	227
Tributos	22	4	26	29
Depreciação	2.763	6	2.769	2.787
Amortização	714	1	715	301
Gastos diversos	71	15	86	71
Total	11.470	1.086	12.556	8.571

A redução da despesa Energia comprada para revenda no exercício é decorrente das condições hidrológicas favoráveis do exercício de 2022, que reduziram de forma relevante tanto o Preço de Liquidação de Diferenças – PLD quanto os impactos do *Generation Scaling Factor* – GSF, diferente do ocorrido no ano de 2021.

O montante de R\$ 14.582 reconhecido na conta redutora de gastos Recuperação do risco hidrológico – GSF, se refere ao valor da compensação financeira dos custos com GSF incorridos pela Companhia apurados pela CCEE, que foram convertidos em 1.137 dias de extensão da outorga no âmbito da Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020 e homologados através da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.919/2021.

20. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Atividades não vinculada à concessão	2022	2021
Demais receitas e rendas		
Crédito de carbono	659	866
Total	659	866
Tributos sobre demais receitas e rendas		
PIS	(4)	(6)
COFINS	(20)	(26)
Total	(24)	(32)
Outras receitas operacionais	635	834
Outros gastos operacionais		
Gastos diversos	(213)	(265)
Total	(213)	(265)
Outras despesas operacionais	(213)	(265)
Total	422	569

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. RESULTADO FINANCEIRO

Composição	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.804	1.224
Outras receitas financeiras	97	47
Total	3.901	1.271
Despesas financeiras		
Outras despesas financeiras	(27)	(10)
Total	(27)	(10)
Resultado financeiro líquido	3.874	1.261

22. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apurou o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro com base no regime de Lucro Presumido, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, e o valor registrado como despesa de Imposto de Renda e de Contribuição Social nas demonstrações financeiras foi calculado conforme demonstrado a seguir:

(a) Imposto de renda do exercício

	2022	2021
Receita de operações com energia elétrica	44.328	39.119
Percentual de presunção (8%)	3.546	3.129
Receita venda crédito de carbono	659	866
Percentual de presunção (32%)	211	277
Outras receitas (100%)	3.858	1.271
Base de cálculo	7.615	4.677
Alíquota de 15%	1.142	701
Adicional de 10%	738	444
Total de IRPJ	1.880	1.145

(b) Contribuição social do exercício

	2022	2021
Receita de operações com energia elétrica	44.328	39.119
Percentual de presunção (12%)	5.319	4.694
Receita venda crédito de carbono	659	866
Percentual de presunção (32%)	211	277
Outras receitas (100%)	3.858	1.271
Base de cálculo	9.388	6.242
Alíquota de 9%	845	562
Total de CSLL	845	562

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO

Os instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como seguem:

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES

AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nível	2022		2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Custo amortizado					
Caixa e depósitos bancários à vista	2	10	10	7	7
Contas a receber de clientes	2	3.668	3.668	2.735	2.735
Concessionárias e permissionárias	2	127	127	-	-
		3.805	3.805	2.742	2.742
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	2	10.922	10.922	25.390	25.390
		10.922	10.922	25.390	25.390
		14.727	14.727	28.132	28.132
Passivo					
Custo amortizado					
Fornecedores	2	815	815	914	914
		815	815	914	914

Existem três níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado pela Administração para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

A Companhia avaliou e considerou que há a exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

(a) Risco de Crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. As contas a receber de clientes são formadas por consumidores livres, com contratos de compra e venda de energia de curto e médio prazos. A Companhia exige o registro da energia mediante a comprovação do pagamento pelo cliente. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição da companhia a riscos de créditos e moeda, ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes.

(b) Risco de Liquidez

A Companhia aplica todo excedente de caixa imediatamente no mercado financeiro em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) ou Letras Financeiras de Bancos (LFs), remunerados com taxas que variam entre 96% e 121%

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(em 2021, 95% e 121%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em bancos de reconhecida liquidez. Assim, garante um caixa suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de curto e longo prazo, excluindo o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas.

(c) Risco de Mercado

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos financeiros. A companhia avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são baixos, por serem realizadas na modalidade renda fixa, em bancos de reconhecida liquidez, e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96% e 121% (em 2021, 95% e 121%) do CDI.

A Companhia comercializa sua energia no âmbito do mercado livre, considerando a totalidade de sua garantia física disponível, a preços atrativos de maneira a minimizar os riscos de exposição aos preços de curto prazo (mercado *spot* ou PLD). A diferença entre a energia efetivamente gerada e a comercializada é liquidada no mercado de curto prazo pela CCEE. Fatores relacionados à liquidez do próprio mercado de energia podem afetar os preços.

(d) Risco Operacional

O Objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza atividades de operação e manutenção de sua usina de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenções preditiva, preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos, das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens. A Companhia contrata prestadores de serviços terceirizados especializados para as atividades de operação e manutenção de sua usina.

(e) Risco Hidrológico

A energia comercializada pela Companhia é vinculada à energia assegurada da usina, que é determinada pelo órgão regulador. A escassez hídrica ocorrida no país nos últimos anos, vem causando uma diminuição relevante na produção de energia por parte da fonte hidráulica, base da matriz energética brasileira, e com isso aumentando os custos com aquisição de energia.

A mitigação desse risco é realizada através do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que é um mecanismo de compartilhamento do risco hidrológico entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional – SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Entretanto, em condições de hidrologia, relevantemente desfavorável, o MRE pode expor a Companhia à elevado rateio de custos com base no PLD, gerando ônus financeiro relevante para os geradores hidrelétricos.

24. SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As coberturas de seguros contratadas são:

<u>Seguradora</u>	<u>Vigência</u>	<u>Ramo</u>	<u>Limite de Indenização</u>
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. e Fator Seguradora S.A.	31/03/2022 à 31/03/2023	Riscos Operacionais	R\$ 76.084

HIDRELÉTRICA CACHOEIRÃO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Seguradora</u>	<u>Vigência</u>	<u>Ramo</u>	<u>Limite de Indenização</u>
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	31/03/2022 à 31/03/2023	Responsabilidade Civil Geral	R\$ 15.000
Potencial Seguradora S.A.	29/03/2022 à 29/03/2023	Escritórios	
		Cobertura de Incêndio e Complementares	R\$ 150
		Roubo de Bens e Danos Elétricos	R\$ 90
		Vendaval, Furacão, Ciclone, Granizo e Tornado	R\$ 20

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria. Consequentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

25. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como concordam com a opinião emitida pelos auditores independentes da mesma.

Ângelo André Bosi
Diretor Administrativo Financeiro

Ronnie de Lima Diniz
Diretor Técnico Comercial

Robson Gomes da Cunha
Contador – CRC/ES-011009/O-4